

Comissão Especializada Permanente Saúde, Habitação e Ação Social

5ª Comissão

Relatório de Atividades

Âmbito de Ação: Questões sociais, habitação, coesão social, saúde, igualdade de género, inclusão social, protecção animal.

Composição Política:

Presidente: Ana Luisa Rodrigues (CDU)

Secretária: Margarida Ramires Paulo (PAN)

Membros:

Ana Paula Silva (PS)

Henrique Margarido de Almeida (PS)

José Joaquim Leitão(PS)

Maria de Assis de Almeida (PS – presidente da UF Almada, Cacilhas, Pragal, Cova da Piedade)

Maria Rita Pereira de Magalhães (CDU)

João Eduardo Geraldes (CDU)

José António Rocha (BE)

António Pedro Maco (CDS/PP)

António Francisco Salgueiro (PPD/PSD)

Nuno Mendes (Chega)

José Ricardo (Independente - presidente de Junta da Costa da Caparica)

Actividade desenvolvida:

1º semestre 2024

Até à data desta assembleia foram realizadas quatro reuniões, encontrando-se agendada para amanhã, dia 28, a quinta reunião, que será com o conselho de administração da ULS Almada/Seixal nas instalações do HGO.

Realizou-se uma visita aos Bairros Rosa e Branco e aglomerado clandestino na zona do Penajóia, estiveram presentes 3 técnicos do IHRU, a convite da 5ª Comissão Permanente.

Nesta visita pode constatar-se o estado de degradação do edificado no bairro rosa, em que se pode observar a ocorrência de queda de vários blocos das varandas que entretanto foram protegidas com redes e gradeamento colocados pelo IHRU, entidade proprietária e com responsabilidade pela manutenção destes edifícios.

Fomos informados pelos técnicos do IHRU de que está previsto o início da recuperação dos prédios dentro de duas semanas, obra que deverá ter a duração mínima de dois anos.

Os espaços exteriores da responsabilidade da CMA, em ambos os bairros, necessitam de intervenção urgente de limpeza e corte de vegetação, é notória a ausência de recolha de lixo, tendo alguns munícipes relatado a presença de ratazanas e outros infestantes. Verificou-se também a existência de amontoados de sacos de lixo cheios de vegetação, aparentemente cortada pela empresa contratada pelo município, que após o corte, não recolhe os sacos ficando estes espalhados pelo bairro.

No bairro Branco, existem também em locais diversos, vários amontoados de monos a aguardar recolha.

Quanto ao aglomerado clandestino no Penajóia, observa-se a presença de material de construção e várias construções terminadas e habitadas e outras em fase de construção, sendo perceptível o crescimento de ocupação clandestina.

Não obstante os técnicos presentes, não pertencerem ao departamento do IHRU que acompanha esta área geográfica, informaram que se encontrava previsto as demolições começarem no fim de semana, (a visita ocorreu no dia 18/6).

Relativamente às quatro reuniões realizadas, duas foram de planeamento dos trabalhos da comissão para o semestre, outra com o senhor vereador da habitação, e a última com as entidades, que assumiram a acção social no âmbito da transferência de competências.

A reunião com o senhor vereador Filipe Pacheco, teve como ordem de trabalhos a criação do cemitério para animais domésticos, o centro de bem-estar animal e o ponto de situação da habitação.

Foi parecer do sr. Vereador que a questão do cemitério para animais deverá ser abordada com o departamento dos espaços verdes. Dado levantarem-se várias dúvidas, inclusive de âmbito legal, decidiu-se pedir parecer à DGAV.

Quanto ao centro de bem-estar animal, fomos informados da existência de problemas com o anterior projecto, estando a equipa de projectistas a resolver a questão, prevendo-se a versão final para o início de Março.

Informou da construção de 95 fogos em Vale Lindoso, tendo sido lançado novo concurso de empreitada porque o inicial para 9 fogos ficou vazio. Na Quinta do Facho a construção de 52 fogos, foi nessa semana a sessão de câmara. A reabilitação na Quinta de Santo António, consulta de projecto já foi lançada.

Prevê-se a requalificação do parque habitacional com intervenção em mais de 300 habitações, sendo 40 de recuperação integral.

Em 2023 foram adquiridos 13 fogos, mais 7 pelo direito de preferência e na rua Febo Moniz foram adjudicados 12 fogos.

Em Alfazina já iniciaram a construção de 208 fogos que serão de renda acessível.

Relativamente ao 2º Torrão, foram arrendadas casas para sobre alugar, irá a sessão de camara o prolongamento dos arrendamentos pelo programa Porta de entrada até 36 meses. Prevêem a conclusão dos primeiros fogos dos 95 de realojamento do 2º Torrão, para o final de 2025 início de 2026.

Relativamente ao quartel da Trafaria, será para residência estudantil, estando a decorrer conversações para que o património passe para o município, estas conversações pararam devido à realização próxima de eleições.

No dia 22 de Maio realizou-se a reunião com as entidades responsáveis pela acção social no concelho, no âmbito do protocolo de transferência de competências. Estiveram presentes 3 das 4 instituições, a SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Almada, a ASDL – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro e o CPNSC - Centro Paroquial Nossa Senhora da Conceição, não obstante ter sido enviado convite, não se fez representar o Centro Paroquial do Cristo Rei.

É desenvolvida a seguinte intervenção, no âmbito do atendimento e acompanhamento social a:

- Beneficiários de RSI Rendimento Social de Inserção;
- Indivíduos que recorrem à acção social;
- Pessoas em situação de sem abrigo;
- Pessoas que entrem em contacto com a Linha Nacional de Emergência Social.

Toda esta intervenção já era desenvolvida por estas entidades por protocolo com a Segurança Social, excepto o atendimento e acompanhamento de âmbito da acção social, que assumiram com a transferência de competências do município em Abril de 2023.

A metodologia adoptada foi a já existente, de gestor de caso e de atendimentos descentralizados, pelo que não exigiu necessidade de adaptação por parte dos técnicos.

Foram referidas pelos presentes, e em documento entregue pela equipa técnica da SCMA, as problemáticas, dificuldades e desafios existentes, que passamos a relatar.

Identificaram as seguintes problemáticas existentes:

- Habitação, (insuficientes fogos sociais, arrendamento privado inacessível, situações frequentes de despejo).
- Saúde mental (respostas/recursos insuficientes).
- Pessoas em situação de sem abrigo (respostas/recursos existentes no concelho insuficiente).
- Imigrantes (aumento do número de pessoas que recorrem aos serviços sem documentação e com ausência de rendimentos).
- Idosos isolados/abandonados (aumento dos casos, com baixos rendimentos, sem critério para integração e ERPI estrutura Residencial para Idosos face ao valor solicitado).
- Situações de insalubridade (aumento do número de situações).
- Apoio alimentar (os pedidos continuam a ser expressivos e as respostas são nitidamente insuficientes, bem como a quantidade de alimentos disponibilizados e insuficientes vagas ao nível da cantina social). As famílias priorizam o pagamento da renda de casa necessitando depois de apoio económico para subsistência.

Dificuldades identificadas:

- Dificuldade de acompanhamento de proximidade face ao elevado número de processos por cada técnico, elevada carga burocrática e complexidade das situações tem levado as equipas a um esforço constante. Consideram que houve um aumento de trabalho aproveitando os recursos já existentes.
- Insuficiência de respostas no âmbito da psicologia e da psiquiatria.
- A situação habitacional tem-se revelado cada vez mais um problema para as famílias. A ausência de resposta por parte dos organismos competentes continua a provocar bastante tensão na relação das famílias com os serviços.
- A nova plataforma da CMA no âmbito do programa Habit'Almada foi referida consensualmente, como uma grande dificuldade. Em média o processo demora

cerca de 1h30 a ficar concluído e muitas vezes fica incompleto, exigindo a necessidade de o utente recorrer outra vez ao serviço com a mesma finalidade. A exigência dos utentes terem a chave móvel digital também não simplifica.

- O facto de não existir um Centro de Acolhimento de Emergência Social nem parcerias com unidades hoteleiras para situações de integração imediata, (despejos, pedidos da linha de emergência), é um constrangimento dado que impossibilita a integração imediata dos utentes em habitações/quartos/unidades hoteleiras.
- Dificuldades de articulação com entidades parceiras (áreas da saúde, educação, habitação, emprego, CPCJ, EMAT).
- Mediante aumento exponencial de processos e falta de respostas tem-se verificado dificuldade em dar respostas às situações em tempo útil.
- Existência de circuitos burocráticos e morosos no que toca ao Apoio Económico Eventual desde a transferência de competências.
- Redução do número de AAD's auxiliares de acção directa e aumento do número de processos, em média cada AAd acompanha 310 processos familiares.

Desafios/propostas de superação:

- Revisão do rácio de processos em acompanhamento por cada técnico.
- Tornar a plataforma do Habit'Almada mais simples, (como por exemplo a do IHRU, Camara Municipal do Seixal) sem ser necessário anexar documentação numa fase inicial.
- O município deve ter o desafio de garantir o estabelecimento de parcerias com unidades hoteleiras que possibilite a integração de famílias em situação de sem abrigo e de emergência social.
- Continuar a desenvolver uma intervenção que articule e integre a dimensão social, psicológica, formativa e empreendedora junto dos diferentes públicos.

No âmbito da competência da 5ª Comissão, foi enviado oficio aos serviços de protecção civil do município a relatar uma situação identificada pelos moradores, aquando da visita ao bairro junto do IPQ, que se prende com a antiga loja Continente, propriedade da Sonae, que se encontra encerrada mas da qual saem rastejantes e frequentemente cheiro a gás, podendo eventualmente constituir situação de insalubridade e perigo.

Foi também dado conhecimento à 7ºComissão, da disponibilidade de se trabalhar articuladamente, sobre assuntos que sejam do âmbito de ambas as comissões.

Atividade Pendente:

Reunião com o IHRU, não obstante as várias insistências.

Reunião com o Ministério Público, ainda sem resposta.

Pedido de informação à DGAV, sobre a criação de um cemitério para animais de companhia, (moção apresentada pelo CDS que baixou à 5ª Comissão).

Pedido de reunião com a senhora vereadora Teodolinda Silveira, no âmbito da transferência de competências da acção social.

Resposta do executivo, a pedido de envio do plano de mobilidade para o concelho.

Resposta do executivo, a pedido de envio do relatório de avaliação referente ao primeiro ano de transferência de competências da acção social.

Resposta do IHRU a pedido de informação sobre o aglomerado clandestino do Penajóia.

Actividade programada:

Reunião no HGO com conselho de administração da ULS Almada/Seixal, tal como mencionado anteriormente.

Dar continuidade às visitas aos bairros sociais.

Continuidade do trabalho já iniciado e que se encontra pendente de resposta.

A Presidente da 5ª Comissão

Ana Luisa Rodrigues

Almada, 26 de Junho de 2024